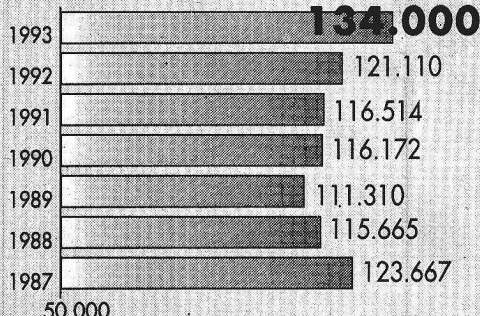


BRASIL-DÍVIDA

US\$ milhões



Fontes: Banco Mundial, BID, ALADI e CEPAL

DESAFIOS DA ECONOMIA

João Paulo dos Reis Velloso*

A economia irá apresentar ao novo governo, pelo menos, dois grandes desafios: o das pré-condições para a retomada do crescimento e o de realizar um novo Projeto Nacional de desenvolvimento.

A primeira das pré-condições não é econômica. É política: a garantia de um mínimo de governabilidade. De 1985 para cá, o Brasil não tem tido um sistema de governo que funcione, seja pelo mecanismo de partido majoritário (como na Inglaterra), seja pelo de coalisão (como em vários outros países europeus). Estamos funcionando através de maiorias ocasionais. E isso cria problema de governabilidade: dificilmente se tomam as decisões exigidas pelos grandes desafios econômicos e sociais com que se defronta o País.

A tarefa inicial do novo Presidente, em consequência, será realizar uma mobilização política que, a despeito do fracionamento das forças políticas, permita construir maioria estável, capaz de viabilizar a realização de um programa de estabilização e desenvolvimento.

A segunda pré-condição, obviamente, é realizar as reformas mínimas necessárias à consolidação do Real. E a mais urgente delas consiste na reforma fiscal e da Previdência.

Sabidamente, a União está inviabilizada: faltam recursos até para o custeio da máquina e a manutenção dos programas sociais pré-existentes, quanto mais para investimentos e programas adicionais. Isso decorre de que as transferências constitucionais para estados e municípios, as despesas de Pessoal, os encargos da dívida interna e externa e outras despesas vinculadas (como as de Educação) absorvem, virtualmente, toda a receita federal.

Só uma mudança de parâmetros, representando uma ampla reforma fiscal (e a reforma da Previdência), poderá reabilitar financeiramente a União. Isso implica, particularmente, rever-lhe as atribuições, como é sabido, transferindo programas de caráter local, nos setores sociais, para estados e municípios; investir maciçamente em melhoria da arrecadação, para reduzir substancialmente os índices de sonegação; e encontrar uma saída para o Orçamento da Seguridade, que se encontra hoje no pior de dois mundos. É uma fonte brutal de déficit, pelo crescimento avassalador das despesas, principalmente de benefícios previdenciários; e não tem fontes adequadas de receita, levando à instabilidade da execução, principalmente na Assistência Médica.

O desafio de um novo Projeto Nacional de desenvolvimento significa dotar o País de uma visão de vida futura, após o esgotamento do projeto "nacional-desenvolvimentista".

Nesse sentido, a primeira constatação a fazer é que o desenvolvimento nacional não poderá mais ser conduzido, unilateralmente, pelo Estado, e este tem de ser reformado, para atender minimamente a uma sociedade moderna. Só as parcerias — entre governo e setor privado,

entre União, estados e municípios, entre Estado e sociedade — poderão lançar as bases de um novo modelo de desenvolvimento, que, inclusive, fortaleça a cidadania e realize investimento maciço em capital humano.

Na dimensão econômica, tal modelo deverá significar um projeto de industrialização mais voltado para a competição e a competitividade, atentando para o caráter bidirecional do mercado (integrando mercado interno e mercado externo) e enfrentando o problema da absorção, no Brasil, do novo paradigma industrial e tecnológico. Tal absorção implica, em especial, de um lado atualizar e consolidar as nossas vantagens comparativas já existentes, em Indústrias Tradicionais e Indústrias Básicas; e, de outro, identificar nichos de novas vantagens comparativas dinâmicas em Indústrias Avançadas.

Da mesma forma que devemos tornar complementares o mercado interno e o externo (e não optar por um deles), o que cabe fazer, no novo estágio industrial, é dar sentido de complementariedade às atuais e às novas vantagens competitivas (e não voltarmos para umas em detrimento das outras).

Desnecessário lembrar que responder aos dois grandes desafios mencionados vai significar, necessariamente, um mínimo de revisão constitucional, o que não acontecerá se não houver uma ampla negociação política, na sociedade e no Congresso Nacional.

* Ex-ministro do Planejamento

● ESTADO NÃO É CAPAZ DE CONDUZIR SOZINHO O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO NACIONAL. SÓ PARCERIAS PODEM LANÇAR BASES DE UM NOVO MODELO.

